



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000661-83.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Rio de Janeiro Refrescos Ltda..**
 Requerido: **Salma Cristina dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA., devidamente qualificada nos autos, ajuizou **pedido de reintegração de posse c/c indenização por perdas e danos** em face de **Salma Cristina dos Santos**, igualmente qualificada, aduzindo, em síntese, que pelas atividades de exerce costuma firmar contratos de empréstimo de geladeiras, freezer, choperias, mesas, cadeiras, entre outros. Aduz que emprestou à ré a título de comodato 01 equipamento, Exibidora Vertical MF. VB9, EC GERP020323 PT 28295, no valor de R\$ 4.356,98 (quatro mil trezentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos) e 01 equipamento, Exibidora Vertical MF. VB43 LED, EC GERP038278 PT 48185, no valor de R\$ 1.976,26 (mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos), cujas propriedades são demonstradas pelo Instrumento Particular de Contrato de Comodato e pelas Notas Fiscais n. 931 e .Nº 20346. Afirmo que, não mais interessada na continuidade do empréstimo, tentou reaver o bem junto à ré de forma amigável, porém não obteve êxito. Requer, destarte, a concessão de medida liminar para reintegração da posse dos bens e indenização por perdas e danos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com a inicial vieram aos autos os documentos de fls. 29/40.

A liminar pleiteada foi deferida, nos termos da decisão de fls. 53.

Cumpriu-se liminarmente a reintegração de posse (fls. 64).

Devidamente citada (fls. 65), a ré não contestou o pedido no prazo legal, conforme certificado às fls. 67.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Citada pessoalmente, a réu não contestou o pedido, dando-se a revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o art. 355, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do mesmo diploma legal.

Vale dizer, ainda, que a autora comprovou documentalmente, com a petição inicial, a existência do contrato de comodato e o inadimplemento da ré.

No caso em tela, o bem foi cedido a título de comodato sem estipulação de prazo, sendo certo que a autora pleiteou a devolução do bem, conforme notificação extrajudicial juntada a fls. 37/40 e, ante a recusa da ré em proceder sua devolução, caracterizado está o esbulho.

Procede, outrossim, o pedido de indenização por perdas e danos decorrentes do uso do bem após a constituição em mora.

No contrato acostado às fls. 29/30 ficou estabelecido na cláusula **IV.2** (cf. fls. 29) que, após o prazo de aviso prévio, o contrato passará a ser regido sob o regime de aluguel, sendo que o valor diário devido pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comodatária à comodante até a data da efetiva devolução do bem será de R\$ 20,00 (vinte reais).

EM FACE DO EXPOSTO, julgo procedente o pedido para reintegrar definitivamente a máquina: 1) exibidora Vertical MF. VB9, EC GERP020323 PT 28295 e 2) máquina Exibidora Vertical MF. VB43 LED, EC GERP038278 PT 48185, em mãos da autora, bem como condeno a ré ao pagamento de R\$ 20,00 diários a título de alugueres, devidos desde a constituição em mora até a efetiva devolução do bem à autora, a título de perdas e danos, valor a ser apurado, em fase de cumprimento de sentença, mediante simples cálculo aritmético.

Condeno a ré, em razão de sua sucumbência, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 1.000,00 nos termos do artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de abril de 2018.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**